

# VII

## ORGANISMOS FINANCEIROS INTERNACIONAIS

### Sistema Financeiro Internacional

A crise mundial deflagrada em agosto de 1997, envolvendo países do sudeste asiático, a Rússia e, posteriormente, o Brasil, deu lugar, em 1999, a um clima de maior confiança nos mercados financeiros internacionais, principalmente no segundo semestre. O fluxo de recursos para os países em desenvolvimento, que declinou fortemente em 1998, teve uma recuperação em 1999, embora de forma lenta e concentrado naqueles países que mais rapidamente superaram aquela conjuntura difícil. Em função disso, várias economias da América Latina, da antiga União Soviética e do Oriente Médio sofreram estagnação ou queda de produção.

Em 1999, a assistência dos Organismos Financeiros Internacionais aos países em desenvolvimento, em especial a concessional, continuou nos mesmos patamares de 1998. O que se vem verificando nos últimos anos é o redirecionamento desses recursos, destinando-se parcelas crescentes a ajudas emergenciais - assistência a países pós-conflito, alívio da dívida externa dos países muito pobres, por exemplo - em detrimento do apoio direto ao desenvolvimento.

Em termos globais, o declínio verificado nos recursos da assistência oficial ao desenvolvimento (*Official Development Assistance* - ODA) vem sendo compensado pelos esforços de alguns países industrializados em apoiar os fluxos privados de capital, por meio do financiamento às exportações e da concessão de garantias. As instituições multilaterais vêm também destinando recursos crescentes voltados a programas de garantia.

O debate sobre o Fortalecimento da Arquitetura do Sistema Monetário Internacional continuou a dominar a agenda dos organismos financeiros internacionais, em especial a do FMI. Vários aspectos estão sendo analisados, destacando-se:

- i) o envolvimento do setor privado na prevenção e solução de crises financeiras;
- ii) os regimes cambiais;
- iii) a liberalização ordenada da conta de capital dos balanços de pagamentos dos países;
- iv) a reestruturação dos organismos financeiros internacionais;
- v) a agenda social;
- vi) transparência e padrões internacionais;
- vii) supervisão bancária.

Na Reunião Anual Conjunta FMI/Banco Mundial, em setembro de 1999, foi aprovada proposta do G-7 de acelerar a implementação da Iniciativa HIPC (*Heavily Indebted Poor Countries*) e de ampliar o escopo do processo de alívio da dívida dos países mais pobres. O objetivo da Iniciativa é assegurar a sustentabilidade da dívida aos países de baixa renda que adotem programas de ajuste e reforma apoiados pelo FMI ou Banco Mundial. Para se qualificarem à Iniciativa, os países são monitorados em relação ao desempenho das políticas estruturais e macroeconômicas, bem como em relação aos critérios de desenvolvimento social.

### **Fundo Monetário Internacional (FMI)**

Em 27 de dezembro de 1945, 29 países assinaram o Convênio Constitutivo do FMI. Desde então, outros 153 países se juntaram ao Fundo, perfazendo um total de 182 países-membros. Com a aprovação da 11ª Revisão Geral de Quotas, que entrou em efetividade em 22 de janeiro de 1999, o capital total do Fundo aumentou para DES 212 bilhões, cerca de US\$ 300 bilhões. Com essa recomposição de recursos, o Brasil passou a deter DES 3.036,1 milhões junto ao FMI, mantendo o seu poder de voto em 1,45%.

Em 1999, o FMI concentrou-se no fortalecimento da arquitetura do sistema monetário e financeiro internacional, em especial na criação e consolidação de instrumentos para prevenir e administrar as crises financeiras mundiais. Nesse particular, destaca-se a revisão de suas operações de supervisão, em especial quanto à solidez dos sistemas bancários, à disseminação de dados e de informações relativas a políticas econômicas e à promoção da boa gestão pública de seus países-membros.

O Comitê Interino, à sua vez, adotou o Código de Boas Práticas para a Transparência nas Políticas Monetária e Financeira, que segue as mesmas linhas do Código de Boas Práticas para a Transparência Fiscal, aprovado em abril de 1998, difundindo práticas de transparência aconselháveis na condução das políticas monetária e financeira pelos bancos centrais e outros órgãos financeiros. Está também em andamento a elaboração de padrões para a supervisão bancária, regulamentação de valores mobiliários, seguros, contabilidade, auditoria, insolvência e gerência corporativa.

Administrativamente, o Comitê Interino passou por mudanças tópicas na sua estrutura, fortalecendo o seu papel como órgão assessor da Assembléia de Governadores do FMI. Desde setembro de 1999, passou a denominar-se Comitê Financeiro e Monetário Internacional da Assembléia de Governadores.

Na divulgação de dados econômicos, foi aprimorado o escopo da NEDD (Norma Especial de Divulgação de Dados), ampliando o detalhamento das informações sobre reservas internacionais, endividamento externo dos países, incluindo

indicadores de passivos associados às reservas internacionais, posição do investimento internacional e procedimentos de monitoramento dos padrões de disseminação de dados. Até 31.12.1999, 47 países haviam aderido à NEDD. O Brasil, quando da assinatura do acordo de assistência financeira, em dezembro de 1998, comprometeu-se a aderir à NEDD, adequando suas informações aos padrões sugeridos pelo Fundo.

Em abril, a Diretoria Executiva do Fundo criou uma nova modalidade de assistência financeira, a Linha Contingencial de Crédito (LCC), definida como uma alternativa de defesa para países que, perseguindo políticas econômicas recomendadas pelo Fundo, sejam passíveis de “contágio” por eventos ocorridos em outros países.

No ano fiscal de 1999, findo em 30 de abril de 1999, os países-membros sacaram sob as *Credit Tranches* um total de DES 24 bilhões (aproximadamente US\$ 32 bilhões). O Fundo aprovou quatro novos Acordos *Stand-by*, totalizando DES 14,3 bilhões, quatro Acordos EFF (Empréstimo Ampliado do FMI - *Extended Fund Facility*), comprometendo DES 14,1 bilhões adicionais, além de dez Acordos Esaf (Empréstimo Reforçado para Ajuste Estrutural - *Enhanced Structural Adjustment Facility*), no total de DES 1 bilhão, aproximadamente. No ano fiscal de 1999, havia 56 programas do Fundo em andamento - quatro a menos que no ano anterior - sendo nove acordos *Stand-by*, 12 acordos EFF e 35 acordos Esaf.

Durante o ano de 1999, intensificou-se, no âmbito dos organismos multilaterais, em especial no FMI, o debate sobre como conciliar os objetivos das políticas de estabilização macroeconômica com uma agenda social, ou seja, como conduzir simultânea e integradamente as estratégias econômica e social de um país. Nesse contexto, aprovou-se a modificação da Esaf, utilizada também para o alívio da dívida externa dos países pobres altamente endividados (HIPC), de forma a possibilitar o cumprimento da agenda social, em conjunto com o Banco Mundial. A Esaf passou a denominar-se Empréstimo para Redução da Pobreza e Incentivo ao Crescimento (*Poverty Reduction and Growth Facility* - PRGF).

No tocante aos empréstimos concedidos pelo Fundo ao Brasil, no contexto do Programa de Assistência Financeira, foram efetuados, em 1999, saques de US\$ 10,8 bilhões, de um total disponibilizado de cerca de US\$ 17,9 bilhões. As amortizações referentes a esta assistência financeira do FMI totalizaram, no período, o equivalente a US\$ 1,9 bilhão.

Ainda no contexto do Programa de Assistência Financeira, o governo brasileiro formalizou, em 1999, a sua adesão ao Artigo VIII, Seções 2, 3 e 4 do Convênio Constitutivo do FMI, aceitando, assim, a regulamentação que estabelece a não imposição de restrições a operações de importação e exportação de bens e serviços.

### **Banco de Compensações Internacionais (BIS)**

Fundado em 20 de janeiro de 1930, o BIS exerce as funções de promoção e cooperação entre os bancos centrais e de propiciar e facilitar a condução de operações financeiras internacionais.

O BIS contava, em 1999 (AF1999)<sup>1</sup>, com 45 bancos centrais associados, tendo convidado, em novembro de 1999, mais 5 bancos centrais a integrar o seu quadro de associados: Argentina, Indonésia, Malásia, Tailândia e o Banco Central Europeu. A Diretoria Executiva do BIS é composta pelos Governadores dos Bancos Centrais da Bélgica, Canadá, Estados Unidos, França, Alemanha, Itália, Japão, Holanda, Suécia, Suíça e Reino Unido, acrescida de Diretores designados por seis desses países. O Brasil passou a ser acionista do BIS em 1997, após a ratificação do ato de adesão pelo Congresso Nacional.

Os ativos do BIS, no AF99, somavam US\$ 131 bilhões, sendo US\$ 5,7 bilhões de recursos próprios (capital e reservas). O capital autorizado do BIS corresponde a US\$ 2,9 bilhões, dividido em 600 mil ações, com 517.165 ações emitidas.

O BIS custodia os títulos do Tesouro norte-americano (*zero coupon bond*) oferecidos pelo Brasil como garantia para os bônus da dívida externa reestruturada (*Bradies*).

Vale ressaltar o papel desempenhado pelo BIS no Programa de Assistência Financeira ao Brasil, tendo coordenado a mobilização de recursos junto a diversos bancos centrais de países desenvolvidos, além de recursos de sua própria carteira, no valor total de US\$ 13,3 bilhões. Até 31.12.1999, foram sacados US\$ 4,15 bilhões na primeira parcela e US\$ 4,5 bilhões na segunda. Em 1999, foram pagos ao BIS o total da primeira parcela e 30% da segunda, perfazendo US\$ 5,5 bilhões.

O BIS participa da reformulação do Sistema Financeiro Internacional juntamente com outros organismos, atuando como um fórum de debates entre bancos centrais e formuladores de políticas de controle. Em fevereiro de 1999, foi criado o Fórum de Estabilidade Financeira (*Financial Stability Forum*), que agrega membros responsáveis pela estabilidade financeira internacional, entre eles, bancos centrais, instituições internacionais, instituições de regulamentação e especialistas no assunto. No mesmo período, o Comitê Permanente do Euro (*Euro-currency Standing Committee*) passou a denominar-se Comitê do Sistema Financeiro Global (*Committee on the Global Financial System*) e ganhou novas funções como: (i) monitoramento sistemático do sistema financeiro global de curto prazo; (ii) análise de longo prazo do funcionamento do mercado financeiro e (iii) a articulação de uma política de recomendação para o funcionamento do mercado financeiro, mantendo a estabilidade do mesmo. O trabalho

---

<sup>1</sup> AF1999 = Ano Fiscal 1999: 1º de abril de 1998 a 31 de março de 1999.

do Comitê de Supervisão Bancária (*Committee on Banking Supervision*) está centrado na discussão de problemas específicos de supervisão bancária, na responsabilidade das autoridades nacionais quanto à supervisão do sistema bancário doméstico e suas filiais fora do país e nos padrões de supervisão diretamente relacionados à questão da solvência. Recentemente, o Comitê lançou um manual intitulado Princípios Básicos para a Supervisão Bancária Efetiva (*Core Principles for Effective Banking Supervision*).

### Grupo Banco Mundial

O Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), a Associação Internacional de Desenvolvimento (AID), a Corporação Financeira Internacional (CFI), a Agência Multilateral de Garantia ao Investimento (Miga) e o Centro Internacional para Solução de Disputas sobre Investimento (ICSID) formam o chamado Grupo Banco Mundial. Tais instituições apresentam perfis e objetivos específicos que vão desde a redução da pobreza e melhoria da qualidade de vida nas regiões mais necessitadas do planeta, até a implementação de políticas de incentivo ao investimento privado em países em desenvolvimento.

O Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento, fundado em 1945, tem como principais funções promover o desenvolvimento sustentável das economias de países em desenvolvimento e contribuir para a redução da pobreza. Para atingir tais objetivos, o Bird fornece empréstimos, garantias e assistência técnica - além de ser o principal catalisador de recursos provenientes de outras fontes - aos seus 181 membros. Estes, por sua vez, adquirem quotas do Bird que refletem as suas participações no FMI, o que, de certa forma, representa também a participação de cada país na economia mundial.

O Bird conta com as seguintes fontes de recursos: capital integralizado (*paid-in*), amortizações, juros e comissões dos empréstimos concedidos e, principalmente, mediante a captação de recursos no mercado internacional de capitais. Os números referentes a essas fontes encontram-se representados a seguir (em US\$ milhões):

	AF1998 <sup>2</sup>	AF1999 <sup>3</sup>	Var %
Capital integralizado	11 288	11 395	0,95
Amortizações	11 518	10 082	-12,47
Juros	6 775	7 535	11,22
Comissões de compromisso	106 000	114 000	7,55
Captação de recursos	28 007	22 443	-19,87

<sup>2</sup> O ano fiscal de 1998 refere-se ao período 1.7.1997 a 30.6.1998.

<sup>3</sup> O ano fiscal de 1999 refere-se ao período 1.7.1998 a 30.6.1999.

No AF1999, foram aprovados US\$ 22,2 bilhões em novos financiamentos, representando um aumento de 5,2% em relação ao AF1998 (US\$ 21,1 bilhões) e de 53% em relação ao AF1997 (US\$ 14,5 bilhões). Os compromissos principais foram com a Argentina (US\$ 3,2 bilhões), a Indonésia (US\$ 2,6 bilhões) e a Coréia do Sul (US\$ 2,1 bilhões).

O volume aprovado no AF1999 reflete um segundo ano de significativa demanda de recursos por parte dos países em desenvolvimento para o combate ou a prevenção de crises financeiras. Esses países contaram com a assistência do Bird, uma vez que, naquela ocasião, havia falta de confiança do capital privado.

Com relação aos desembolsos, observou-se, no AF1999, volume de US\$ 18,2 bilhões, o que equivale a queda de 5,5% em relação ao AF1998 (US\$ 19,2 bilhões) e a aumento de 30% em relação ao AF1997 (US\$ 14 bilhões).

A maior parte dos recursos, cerca de US\$ 8,8 bilhões - que corresponde a quase 40% do total de recursos aprovados - foi destinada a projetos que se caracterizam pela combinação de componentes ambientais, financeiros e sociais (projetos multi-setoriais). Em seguida, destacaram-se os setores financeiro (US\$ 2,6 bilhões) e social (US\$ 2,2 bilhões).

Na distribuição por região, a Ásia Oriental foi a maior beneficiada (US\$ 8,8 bilhões), seguida pela América Latina e Caribe (US\$ 7,1 bilhões), representando juntas cerca de 77,6% do total de recursos comprometidos pelo Bird no ano.

O Brasil obteve a aprovação de 8 projetos, que somaram US\$ 1,7 bilhão (23,9% do valor disponibilizado para a América Latina e Caribe). Destes, destacam-se: Programa de Reforma da Previdência Social (US\$ 757,6 milhões) e Programa de Proteção Social (US\$ 252,5 milhões) - ambos fazendo parte do Programa de Assistência Financeira, implementado em conjunto com BID, FMI, BIS e BoJ - Programa Fundescola (US\$ 202 milhões) e Programa de Controle das Doenças Sexualmente Transmissíveis (US\$ 165 milhões). No período anterior, o Brasil obteve a aprovação de projetos no valor de US\$ 1,6 bilhão.

Ainda com relação ao Brasil, no AF1999, foi desembolsado US\$ 1,9 bilhão para projetos em execução, o país amortizou US\$ 968 milhões e pagou US\$ 406 milhões de juros e encargos. No fim do período, o saldo não-desembolsado era de US\$ 3,9 bilhões.

A Associação Internacional de Desenvolvimento (AID), criada em 1960 (e contando, atualmente, com 160 membros), é a principal fonte de recursos concessionais para os países mais pobres, com renda per capita anual, em 1997, inferior a US\$ 925.

No AF1999, a AID realizou 145 novas operações em 53 países, somando US\$ 6,8 bilhões (cerca de 9% menos que o aprovado no período anterior). Os maiores beneficiados foram

a África (US\$ 2,1 bilhões), Ásia Meridional (US\$ 1,8 bilhão) e a Ásia Oriental e Pacífico (US\$ 1 bilhão). A América Latina recebeu créditos no valor de US\$ 0,6 bilhão, 8,9% do total disponibilizado no período.

Quanto à distribuição por atividade, os setores agricultura (US\$ 1 bilhão), transporte (US\$ 0,9 bilhão) e os projetos multi-setoriais (US\$ 1,5 bilhão) foram priorizados, o que representou aproximadamente 50,8% do total de créditos concedidos.

Em 8.4.1999, foram aprovados os termos e condições propostos à Assembléia de Governadores da AID com vistas à implementação da 12ª Recomposição de Recursos (AID-12), correspondendo a aumento de capital de DES 8,65 bilhões. Tal procedimento tem como objetivo atender a um programa de empréstimos estimado em DES 15,25 bilhões para o período entre 1º de julho de 1999 e 30 de junho de 2002.

O Brasil participa da AID-12 com DES 82,08 milhões, representando 0,95% do incremento de capital e correspondendo ao aumento do poder de voto de 1,39% do total para 1,47%.

A Corporação Financeira Internacional (CFI), criada em 1956 e atualmente com 174 países-membros, tem como objetivo fomentar o crescimento econômico dos países em desenvolvimento por meio de empréstimos e/ou participação acionária em empresas privadas, mobilização de capital nos mercados financeiros internacionais, além de fornecer assistência técnica aos setores público e privado.

No AF1999, foram aprovados 255 projetos, o que equivale a US\$ 5,3 bilhões, dos quais US\$ 3,5 bilhões são provenientes de recursos próprios e US\$ 1,8 bilhão de outras fontes.

Com relação à América Latina e Caribe, 58 projetos foram contemplados e o volume total de financiamento da CFI foi de US\$ 2,5 bilhões, dos quais US\$ 864 milhões de empréstimos, US\$ 373 milhões de participação acionária e US\$ 1,2 bilhão de empréstimos sindicalizados e subscrições aprovadas. Semelhante ao observado no AF1998, a região foi a que mais captou recursos junto à Corporação, ou seja, 46,4% do total. Nove empresas brasileiras levantaram US\$ 521,8 milhões para financiamento de seus empreendimentos, representando cerca de 32,9% do custo total dos mesmos (no período anterior, 20 projetos contaram com financiamento de US\$ 929 milhões, equivalendo a 39,3% do custo total).

A Agência Multilateral de Garantia ao Investimento (Miga) foi criada em 1988 e conta com 165 membros. Seu principal objetivo é, juntamente com os governos, atrair investimentos diretos para países em desenvolvimento, provendo garantias a investidores estrangeiros contra riscos não-comerciais. Além disso, a Miga fornece

assistência técnica aos seus membros buscando facilitar a divulgação de informações sobre oportunidades de investimentos.

No AF1999, a Agência emitiu 72 contratos de garantia (totalizando US\$ 1,3 bilhão em cobertura bruta) beneficiando 29 países em desenvolvimento. A América Latina e Caribe continuam sendo a região mais beneficiada pelas garantias fornecidas pela Miga (48% da carteira), destacando-se a Argentina, Brasil e Peru. No período, foram aprovados cerca de US\$ 209,4 milhões em garantias para o Brasil. As maiores participações na carteira da Agência foram: Argentina (11,9%), Brasil (9,7%), Rússia (8,3%), Turquia (6,8%) e Peru (6,4%). No AF1998, destacaram-se: Rússia (10,7%), Argentina (8,2%), Peru (7,5%), Brasil (6,8%) e Paquistão (5,9%).

Em 29.3.1999, a Assembléia de Governadores da Miga aprovou a Resolução nº 57, recomendando o aumento do capital autorizado do organismo no montante de DES 785,59 milhões. A participação brasileira nessa primeira recomposição de capital é de 1.127 ações, que equivalem a DES 11,27 milhões (o país participava com 1.479 ações, equivalentes a DES 14,79 milhões).

O Centro Internacional para Solução de Disputas sobre Investimento (*International Centre for Settlement of Investment Disputes - ICSID*), criado em outubro de 1966, tem como objetivo assegurar o fluxo de investimentos externos para os países em desenvolvimento por meio da oferta de instrumentos de arbitragem e conciliação. Até o AF1999, o número total de casos registrados era de 65, dos quais 11 foram observados somente no último período fiscal. O processo de adesão do Brasil ao ICSID encontra-se em análise na Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

### **Grupo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)**

Após 40 anos de atividades, comemorados em 1999 no Rio de Janeiro, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) consolida sua posição de principal instituição multilateral de desenvolvimento atuando na América Latina e Caribe. Pelo sexto ano consecutivo, é a instituição que mais concede créditos à região, tendo, em 1999, efetuado empréstimos da ordem de US\$ 9,5 bilhões, o segundo maior volume de empréstimos após o recorde de US\$ 10 bilhões em 1998. Nestes 40 anos, o Grupo BID destinou US\$ 104,6 bilhões em empréstimos e garantias aos países da América Latina e Caribe, dos quais US\$ 21,9 bilhões ao Brasil.

Em atendimento às diretrizes emanadas do Acordo do 8º Aumento de Capital do Banco (BID-8), em 1999, 45% do volume de empréstimos da instituição voltou-se para o setor social. Reforma e modernização do Estado ficaram com 24,7% e o setor produtivo com 16,5%. Estes percentuais incluem os chamados programas emergenciais, cujos recursos servem para fazer face às tendências de estagnação econômica, desemprego, inflação e aumento da pobreza, previsíveis em situações de crise.

O BID desembolsou, em 1999, o equivalente a US\$ 8,4 bilhões, sendo que US\$ 7,9 bilhões do Capital Ordinário (CO) e US\$ 440 milhões do Fundo para Operações Especiais (FOE), braço concessional do BID, e outros fundos. Grande parte deste volume recorde de desembolsos é explicada pelos financiamentos emergenciais do Banco, cuja característica principal é o rápido desembolso após a aprovação. Descontados US\$ 2,3 bilhões que retornaram como amortização do principal e US\$ 2,2 bilhões referentes a encargos da dívida contraída pelos mutuários, tem-se um fluxo de caixa positivo, em favor dos países, de aproximadamente US\$ 3,9 bilhões.

Em 1999, o Banco aprovou, para o Brasil, 13 operações de financiamento com recursos do CO, no montante de US\$ 4,8 bilhões, elevando o total acumulado a US\$ 21,9 bilhões. Do total aprovado no ano em questão, US\$ 3,4 bilhões referem-se à participação do BID no Programa de Assistência Financeira ao Brasil, US\$ 100 milhões em garantias e US\$ 135 milhões de empréstimos ao setor privado. Além disso, foram aprovados US\$ 11,6 milhões em cooperação técnica não-reembolsável. Os desembolsos totalizaram US\$ 2,9 bilhões.

O FOE concede empréstimos em termos concessionais a 5 países de menor desenvolvimento relativo da América Latina e Caribe. Durante 1999, foram aprovados 23 empréstimos no montante de US\$ 417 milhões e desembolsados US\$ 430 milhões.

A Corporação Interamericana de Investimentos (CII) é uma instituição afiliada ao BID, estabelecida em 1984, com o fim de promover o desenvolvimento econômico da América Latina e do Caribe por meio de investimentos de capital, empréstimos e serviços de consultoria a empresas privadas de pequeno e médio porte da região. Com a adesão de Belize em 1999, a Corporação passou a contar com 37 países-membros, sendo 26 da América Latina e Caribe.

Foram aprovadas, em 1999, 22 operações no valor de US\$ 192 milhões, sendo que cerca de 89% foram para financiamentos de longo prazo e 11% para investimentos patrimoniais (participação acionária). Mais de 75% do total aprovado foram direcionados para os países de menor desenvolvimento relativo da região. Nenhuma operação foi aprovada para o Brasil em 1999.

Em 21.7.1999, a Assembléia de Governadores da CII aprovou o primeiro aumento de capital da Corporação, elevando o capital autorizado em US\$ 500 milhões. Ao Brasil coube a subscrição de 5.712 ações (US\$ 57,12 milhões), o que corresponde a uma participação de 11,42% no aumento de capital.

O Fundo Multilateral de Investimentos (Fumin) é um fundo autônomo, administrado pelo BID, estabelecido 1993 e tem como objetivo promover o desenvolvimento do setor privado, propiciando melhores oportunidades para o investimento privado nos países em desenvolvimento da América Latina e do Caribe.

A assistência do Fumin é principalmente não-reembolsável e voltada basicamente para as pequenas empresas. No ano de 1999, foram aprovados financiamentos para 89 projetos, totalizando US\$ 132 milhões. Para o Brasil, foram aprovados 5 projetos, no valor aproximado de US\$ 8,5 milhões, dos quais cerca de US\$ 5,5 milhões não-reembolsáveis.

### **Grupo Banco Africano de Desenvolvimento (BAD/FAD)**

O Grupo BAD/FAD é composto pelo Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), o Fundo Africano de Desenvolvimento (FAD) e o Fundo Fiduciário da Nigéria (*Nigerian Trust Fund - NTF*).

O BAD é um banco de desenvolvimento multilateral que conta atualmente com 77 países-membros, sendo 53 regionais e 24 não-regionais, e tem por objetivo contribuir para o desenvolvimento econômico e social da África. Com a entrada em efetividade do 5º Aumento Geral de Capital do Banco (BAD-5), em 30.9.1999, o capital autorizado aumentou em cerca de US\$ 6,8 bilhões. A subscrição brasileira nesse aumento de capital foi de 3.715 ações, totalizando DES 37,15 milhões, correspondente a 0,44% do total subscrito, com um montante a integralizar de DES 2,23 milhões.

Os empréstimos aprovados pelo BAD, em 1999, atingiram DES 777,2 milhões, sendo direcionados principalmente à redução da pobreza na região, nos setores de agricultura e desenvolvimento rural, controle de corrupção e melhoria da gestão pública. Os desembolsos do BAD atingiram DES 528 milhões.

O BAD, na mesma linha dos outros organismos, também participa da Iniciativa de alívio da dívida dos países pobres altamente endividados (HIPC), tendo assistido Uganda e, recentemente, Moçambique.

O FAD é um fundo que conta atualmente com 79 membros, sendo 53 regionais e 26 não-regionais. O Fundo disponibiliza financiamentos em termos concessionais (taxa de juro zero) aos membros regionais de baixa renda, e suas atividades são voltadas para a redução da pobreza. O montante acumulado já subscrito pelos membros do FAD, em dezembro de 1998, atingiu DES 9,3 bilhões, valor que se elevou após a 8ª Recomposição de Recursos, onde ficou definido um aumento de capital da ordem de DES 2,2 bilhões.

O Brasil mantém a sua participação relativa (*burden sharing*) em 0,52% do total do FAD. A contribuição brasileira ao FAD-8 atingiu o equivalente a DES 11,44 milhões.

Os empréstimos aprovados pelo Fundo em 1999 atingiram DES 459,64 milhões, voltados principalmente para a agricultura, setor rural e investimentos sociais.

Dando prosseguimento a uma reforma institucional iniciada em 1995, o Grupo BAD/FAD instituiu o *Group Vision Statement*, que busca caminhos para aumentar a competitividade do organismo no cenário global.

### **Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (Fida)**

O objetivo do Fida é mobilizar, em condições especiais, recursos financeiros para o desenvolvimento agrícola, principalmente para a produção de alimentos nos países-membros em desenvolvimento.

A Instituição, que conta com 161 membros, já financiou 547 projetos desde a sua criação, em 1977, comprometendo US\$ 6,8 bilhões em empréstimos e doações. O Fida, em 1999, aprovou 29 novos projetos, no valor de US\$ 419,7 milhões, enquanto o total desembolsado em empréstimos e doações foi de US\$ 314,1 milhões. A África Subsaariana continua sendo a maior beneficiada, seguida da Ásia, África do Norte e América Latina.

Em 17.2.1999, foi criado um Comitê de Consulta para tratar da 5ª Recomposição de Recursos da Instituição, que deverá ser alcançada em 2000. O *funding* atual é uma combinação de recomposições passadas, de dividendos auferidos e de reflexos.

O organismo, desde 1998, participa da Iniciativa HIPC, tendo sido aprovada ajuda a 7 países, no montante de US\$ 24,5 milhões. Na América Latina, a instituição, em apoio às iniciativas regionais, colocou em funcionamento a Fidamerica, que consiste numa rede de comunicação eletrônica para que agentes regionais de vários países possam comunicar-se a respeito de assuntos de interesse comum.

### **Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (Fonplata)**

O Fonplata foi criado em 1974, com o objetivo de atender às necessidades de financiamento associadas com a promoção do desenvolvimento econômico e a integração física da Bacia do Prata e de suas áreas de influência. Os países-membros são Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai.

Brasil e Argentina participam no capital com 33,33% cada, enquanto Bolívia, Paraguai e Uruguai participam com 11,11% cada. O total do capital subscrito, em 31.12.1999, é de US\$ 308 milhões, sendo o capital integralizado de US\$ 268 milhões e o capital exigível de US\$ 40 milhões.

Desde o início de suas atividades até 31.12.1999, foram aprovados 53 empréstimos, num total de US\$ 380,1 milhões. O Brasil contratou 4 empréstimos, no valor total de US\$ 37 milhões, o que corresponde a 9,7% dos empréstimos do organismo.

Na concessão de empréstimos e cooperação técnica, o Fonplata outorga tratamento preferencial aos países de menor desenvolvimento relativo (Bolívia, Paraguai e Uruguai), tendo destinado a esses países, até 31.12.1999, cerca de 74% do total de financiamentos. Em 1999, o organismo aprovou três empréstimos, no total de US\$ 13,1 milhões e desembolsou para projetos o total de US\$ 25,5 milhões.

### **Corporação Andina de Fomento (CAF)**

A CAF é uma instituição financeira criada em 1970 pela Comunidade Andina das Nações (ex-Pacto Andino), com o objetivo de apoiar o desenvolvimento dos países-membros e a integração regional.

A CAF é composta de sócios regionais (Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela), e conta com a participação acionária de países extra-regionais (Brasil, Chile, Jamaica, México, Panamá, Paraguai e Trinidad e Tobago) e de 22 bancos privados da região andina.

No período entre fevereiro e agosto de 1999, a CAF emitiu títulos no mercado financeiro internacional que lhe possibilitaram captar cerca de US\$ 1,1 bilhão.

O Brasil é membro extra-regional desde 1995, quando subscreveu 2.700 ações da série "C", no valor de US\$ 25 milhões, inteiramente integralizados. A carteira brasileira junto à Instituição atinge US\$ 337 milhões, referentes aos financiamentos para pavimentação da rodovia BR-174 (US\$ 86 milhões), para o Projeto de Integração Energética Gasoduto Brasil-Bolívia (US\$ 165 milhões) e para o Projeto de Interligação Elétrica Brasil-Venezuela (US\$ 86 milhões). A esses financiamentos, somam-se a aprovação de outros empréstimos de curto prazo para o setor privado, no valor de US\$ 381,3 milhões.

No fim de 1998, o Brasil concordou em aumentar a sua participação na CAF, subscrevendo 2.512 novas ações, pelo valor aproximado de US\$ 25 milhões. Com isso, serão ampliadas as margens para a contratação de novos empréstimos, contribuindo para o desenvolvimento econômico, o estreitamento das relações com países da fronteira norte e a ampliação da integração regional. A ratificação desse aumento está em exame no Congresso Nacional.

### **Mercado Comum do Sul (Mercosul)**

O Mercosul experimentou, ao longo de 1999, o período mais difícil desde a sua criação. Os desdobramentos da mudança na política cambial brasileira foram intensos sobre as economias dos demais estados-partes. Não obstante o contexto de incertezas, as autoridades do Mercosul manifestaram suas convicções de que a conformação do bloco

é um projeto de longo prazo e adotaram medidas para que ele seja forte o suficiente para enfrentar conjunturas desfavoráveis.

A atuação do Banco Central do Brasil no contexto do Mercosul concentra-se na coordenação nacional dos assuntos financeiros, através do Subgrupo de Trabalho nº 4: Assuntos Financeiros (SGT-4). O tratamento desses temas tem desdobramentos sobre os diferentes esforços de integração econômica em andamento, tais como: as rodadas negociadoras no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC), que inclui o comércio de serviços financeiros; o processo de formação de uma Área de Livre Comércio das Américas (Alca), que inclui igualmente o comércio de serviços; bem como das diversas negociações do Mercosul com outros blocos econômicos ou países.

### **Evolução das negociações dos assuntos financeiros**

Reiterados os compromissos de aperfeiçoamento do bloco, foram criados, em 15.6.1999, dois grupos de trabalho no sentido de aprofundar a União Aduaneira e atingir o Mercado Comum, quais sejam:

- i) o Grupo de Trabalho de Alto Nível para a Coordenação de Políticas Macroeconômicas - composto por um Subsecretário de Estado de Economia e um Diretor de Banco Central de cada estado-parte - visando a análise das políticas econômicas dos países-membros, com ênfase na questão da sustentabilidade intertemporal das contas públicas e externas, bem como a proposição de alternativas efetivas e práticas de coordenação macroeconômica;
- ii) o Grupo *AdHoc* de Acompanhamento da Conjuntura Econômica e Comercial, com o objetivo de analisar a evolução dos fluxos de comércio intra e extra-zona.

O Protocolo de Montevideu sobre o Comércio de Serviços do Mercosul, assinado em 15.12.1997, estabeleceu o prazo de 10 anos para a liberalização do comércio de serviços no bloco, inclusive serviços financeiros. O Banco Central do Brasil integra o Grupo de Serviços do Mercosul, que cumpre a tarefa de viabilizar esse compromisso. Em 1999, foi cumprida a primeira rodada negociadora no âmbito desse Grupo.

Em 26.8.1999, foi assinado, em Buenos Aires, o Protocolo de Cooperação entre o Banco Central do Brasil e a Superintendência de Entidades Financeiras e Cambiárias do Banco Central da República Argentina, objetivando a cooperação em matéria de fiscalização bancária.

Os principais temas tratados pelo SGT-4, em 1999, dizem respeito a: harmonização de normas e procedimentos bancários; supervisão bancária global consolidada;

procedimentos para o intercâmbio de informações sobre os sistemas financeiros; operações com derivativos; lavagem de dinheiro; harmonização das condições de exercício para a área de seguros e aperfeiçoamento das normas na área de mercado de capitais. Em 18.11.1999, o Grupo Mercado Comum (GMC) aprovou a Resolução nº 84/1999, definindo a Pauta Negociadora 2000/2001 do SGT-4, a qual norteará as atividades do Subgrupo durante o próximo biênio.

Um avanço concreto em assuntos financeiros está definido nas Decisões do Conselho do Mercado Comum nº 8/1999 - “Convênio de Cooperação entre Autoridades Supervisoras de Seguradoras dos Estados-partes do Mercosul” e nº 9/1999 - “Acordo Marco sobre Condições de Acesso para Empresas de Seguros com Ênfase no Acesso por Sucursal”, e na Resolução GMC nº 83/1999 - “Glossário de Termos Técnicos Básicos Preliminares sobre Seguros para o âmbito do Mercosul”.

### **Relacionamento externo do Mercosul**

Realizou-se, nos dias 28 e 29 de junho de 1999, no Rio de Janeiro, a Cimeira da América Latina e o Caribe - União Européia, com a participação de Chefes de Estado dos países das regiões. A reunião teve como objetivo o fortalecimento dos vínculos do entendimento político, econômico e cultural entre as duas regiões. A Declaração do Rio registrou os temas a serem desenvolvidos: cooperação econômica internacional, liberalização comercial, integração regional e estímulos ao fluxo de capitais e ao investimento produtivo.

Em suas atividades em 1999, o GMC examinou aspectos do relacionamento externo do Mercosul com os seguintes países e blocos: Bolívia, Canadá, Chile, Coreia do Sul, Cuba, Israel, México, Área de Livre Comércio das Américas, Comunidade Andina, Organização Mundial de Comércio e União Européia.

### **Área de Livre Comércio das Américas (Alca)**

A iniciativa Alca foi instituída em dezembro de 1994, em Miami, congregando 34 países, com o objetivo de, a partir de 2005, iniciar um programa hemisférico de eliminação de barreiras ao comércio de bens e serviços e aos investimentos.

O Banco Central do Brasil participa das negociações da Alca em dois foros: o Grupo de Negociações sobre Serviços (GNSV) e o Grupo de Negociações sobre Investimentos (GNIN). Em novembro de 1999, os Grupos de Negociações foram instruídos no sentido de preparar os textos-base de cada um dos capítulos que constituirão o Acordo Alca.

**Quadro 7.1 - Comparativo dos maiores organismos internacionais**

Organismo	US\$ milhões								
	Número de membros			Capital subscrito - total do organismo			Capital subscrito pelo Brasil		
	1996	1997	1998	1996	1997	1998	1996	1997	1998
Grupo Bird <sup>1/</sup>				275 178	276 309	284 909	3 158	3 153	3 163
Bird	180	180	181	180 630	182 426	186 436	3 009	3 009	3 009
AID	159	159	160	91 413	90 587	95 055	94	92	102
CFI	170	170	174	2 076	2 229	2 337	39	36	36
Miga	134	141	145	1 059	1 067	1 081	16	16	16
Grupo BID				81 095	87 760	94 422	8 984	9 616	10 249
BID	46	46	46	80 895	87 557	94 219	8 961	9 593	10 226
CII	34	35	36	200	203	203	23	23	23
FMI <sup>2/</sup>	181	181	182	197 161	197 161	285 884	2 945	2 945	4 119

(continua)

### Organização Mundial do Comércio (OMC)

No âmbito da OMC, o Banco Central atua nos temas referentes ao comércio de serviços financeiros, que estão inseridos no Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços (GATS).

O lançamento de nova Rodada de Negociações Comerciais Multilaterais, a chamada Rodada do Milênio, principal item da pauta da III Conferência Ministerial da OMC, realizada em dezembro de 1999, em Seattle, EUA, não se efetivou, tendo sido decidida apenas a continuação dos trabalhos preparatórios no âmbito do Conselho Geral de Representantes.

Nesse ínterim, prevalecem as negociações acordadas na Rodada Uruguai, e o GATS recomenda o prosseguimento do processo de liberalização do comércio de serviços, inclusive os financeiros.

**Quadro 7.1 - Comparativo dos maiores organismos internacionais**

(continuação)

US\$ milhões

Organismo	Total de empréstimos aprovados pelo organismo			Total de empréstimos aprovados para o Brasil		
	1996	1997	1998	1996	1997	1998
Grupo Bird <sup>1/</sup>	30 498	26 483	35 067	1 600	2 332	2 547
Bird	14 656	14 525	21 086	875	993	1 618
AID	6 861	4 622	7 435	0	0	0
CFI	8 119	6 722	5 910	684	1 297	930
Miga	862	614	636	41	42	0
Grupo BID	6 838	6 199	10 286	1 704	1 499	1 642
BID	6 766	6 048	10 063	1 700	1 477	1 626
CII	72	151	223	4	22	16
FMI <sup>2/</sup>	26 000	7 220	43 144	0	0	0

Fonte: Relatórios Anuais dos Organismos

1/ Os dados referem-se ao ano fiscal do Grupo: de 1º de julho a 30 de junho.

2/ Valores referentes ao ano fiscal do FMI: de 1º de maio a 30 de abril.

Nota: DES/US\$ (29.3.1999) = 1,35673